

Senado ajudou país a fazer história nas Olimpíadas

Senadores foram decisivos ao garantir recursos para que o Brasil estresse nos Jogos Olímpicos, quase 100 anos atrás, e ao aprovar lei, na década passada, que garantiu ao esporte uma fonte permanente de recursos

André Fontenelle

A FALTA DE dinheiro foi um problema crônico do esporte olímpico brasileiro ao longo do século 20. Desde os Jogos de Antuérpia, na Bélgica, em 1920 — primeira participação do Brasil

numa Olimpíada —, a viagem da delegação nacional sempre foi prejudicada pela escassez de recursos. O Brasil até deixou de figurar numa edição dos Jogos por motivos financeiros — em Amsterdã, em 1928. A questão só foi resolvida em

2001, com a Lei Agnelo-Piva. Nascida de um projeto do então senador Pedro Piva, a lei destinou parte da arrecadação das loterias para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e para o Paralímpico Brasileiro (CPB). Isso representou uma fonte permanente e estável

de recursos para a preparação dos atletas brasileiros. Nos Jogos do Rio de Janeiro, que serão abertos oficialmente nesta sexta-feira, numa cerimônia no estádio do Maracanã, espera-se que o Brasil fique pela primeira vez entre os dez primeiros colocados no

quadro de medalhas.

Em diversas ocasiões, o Parlamento participou das negociações para custear o envio de equipes aos Jogos. Às vésperas da abertura da 31ª Olimpíada da era moderna — a primeira organizada por um país sul-

-americano —, o Arquivo S conta a história do envolvimento do Senado com o esporte desde a primeira participação olímpica brasileira, ilustrada por dois episódios: a presença nos Jogos de 1920 e o processo que levou à aprovação da Lei Agnelo-Piva.

Senadores aprovaram verba que permitiu que brasileiros competissem pela 1ª vez, nos Jogos da Bélgica, em 1920

Nas primeiras cinco edições dos Jogos Olímpicos da era moderna, entre 1896 e 1912, o Brasil não enviou atletas. Das modalidades olímpicas então em disputa, apenas duas — o remo e o futebol — eram praticadas em bom nível no país. O intercâmbio com outras nações era quase inexistente e o interesse pelos Jogos era nulo.

Isso mudou em 1920, quando a Bélgica organizou na cidade de Antuérpia a primeira Olimpíada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O Brasil foi convidado a participar e tinha razões diplomáticas para se fazer presente.

O rei da Bélgica, Alberto I, iria visitar o Brasil um mês depois dos Jogos. Era a primeira vez que um monarca europeu desembarcava na jovem República brasileira, e aceitar o convite era um gesto de cortesia quase obrigatório para o governo do presidente Epitácio Pessoa.

Para custear o envio de uma delegação, o Senado apresentou o Projeto 3, que, após ser emendado pela Câmara dos Deputados, autorizou a liberação de 150 contos de réis para “expediente, material, viagem e estadia dos representantes das sociedades esportivas brasileiras que tenham de comparecer à Olimpíada Internacional de Antuérpia”.

O presidente do Comitê Olímpico Nacional (precursor do atual Comitê Olímpico do Brasil) era um senador, Fernando Mendes de Almeida (MA), o que deve ter contribuído para a aprovação do projeto.

Viagem na 3ª classe

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda cópias tanto do parecer favorável quanto do decreto com a assinatura presidencial.

Um detalhe curioso é que o decreto só foi sancionado por Epitácio em 7 de agosto de 1920, quando a delegação brasileira já se encontrava na Europa. A cerimônia de abertura dos Jogos ocorreria dali a uma semana, no dia 14, e a viagem de navio para a Bélgica, cheia de escalas, levava quase um mês. Além disso, nossa participação nas Olimpíadas começaria duas semanas antes da

abertura oficial: as provas de tiro em que os brasileiros estavam inscritos tiveram início no dia 2 — o que era normal na época. Ainda hoje o torneio olímpico de futebol, por questões de calendário, começa alguns dias antes da cerimônia de abertura. O embarque da equipe ocorreu no dia 3 de julho, no transatlântico Curvello, e os atletas tiveram que viajar na terceira classe por falta de dinheiro para comprar passagens melhores.

Vaquinha

Mesmo assim, o Brasil foi muito bem-sucedido em sua primeira participação, ganhando três medalhas: uma de ouro (Guilherme Paraense, em pistola militar a 30 metros), uma de prata (Afrânio da Costa, em pistola livre a 50 metros) e uma de bronze (por equipes, também em pistola livre a 50 metros).

Ao todo, o Brasil competiu com 16 atletas no tiro, na natação, no remo, nos saltos ornamentais e no polo aquático.

É difícil saber ao certo quantos atletas poderiam ter sido enviados com os 150 contos de réis liberados pelo governo, mas é possível fazer uma estimativa a partir de uma declaração dada em 1928 pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Renato Pacheco, ao diário carioca *O Jornal*. Segundo ele, com 720 contos de réis seria possível enviar uma delegação de 80 pessoas aos Jogos daquele ano, em Amsterdã. Corrigindo os valores de 1920 pela inflação da época, chega-se a algo em torno de 30 atletas.

A ideia inicial era também enviar uma equipe de futebol em 1920, o que representaria a primeira ida de um time brasileiro aos campos europeus. Provavelmente a demora na liberação da verba impediu a concretização desse plano. O Brasil tinha tudo para fazer boa figura. Em 1919, havia conquistado no Rio o Campeonato Sul-Americano, derrotando na final o Uruguai — os mesmos uruguaios que nos Jogos de Paris, em 1924, e de Amsterdã, em 1928, conquistariam a medalha de ouro, demonstrando que o futebol sul-americano era superior ao europeu. O craque

brasileiro era o centroavante Arthur Friedenreich. Nunca saberemos se ele teria ajudado a trazer já em 1920 a medalha de ouro olímpica que até hoje o futebol brasileiro persegue.

Em 1924, o governo de Arthur Bernardes decidiu não conceder verba para o envio de uma delegação para os Jogos de Paris. O país só se fez representar nas Olimpíadas porque o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou uma subscrição pública (nome que era dado na época àquilo que hoje é chamado de *crowdfunding*) que permitiu mandar à França uma pequena equipe de atletismo, que não trouxe nenhuma medalha.

Dois remadores e um atirador também participaram em nome do Brasil nos Jogos de 1924, custeando do próprio bolso a viagem.

Presidente irritado

Nem isso foi possível, porém, na Olimpíada seguinte, em 1928, em Amsterdã. O presidente Washington Luís não se mexeu para liberar recursos. Dizem que ele ficou resabiado por um episódio ocorrido um ano antes, num jogo de futebol. Paulistas e cariocas decidiam o Campeonato Brasileiro — na época o torneio era disputado por seleções estaduais, e não por clubes — no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro. Washington Luiz estava na tribuna, a primeira vez que um presidente da República, com seu ministério, comparecia a uma final de campeonato. Os paulistas, porém, se retiraram de campo no segundo tempo, inconformados com a marcação de um pênalti em favor do time do Rio. Contrariado, o presidente foi embora do estádio no meio da confusão e por esse motivo teria negado verba para a delegação brasileira no ano seguinte.

Amsterdã foi a última Olimpíada sem a participação brasileira. O Brasil tinha tudo para fazer boa figura. Desde os Jogos de Los Angeles, em 1932, o Brasil nunca mais deixou de se fazer representar.

Mas a penúria sempre foi a marca da maioria das participações brasileiras. A falta de



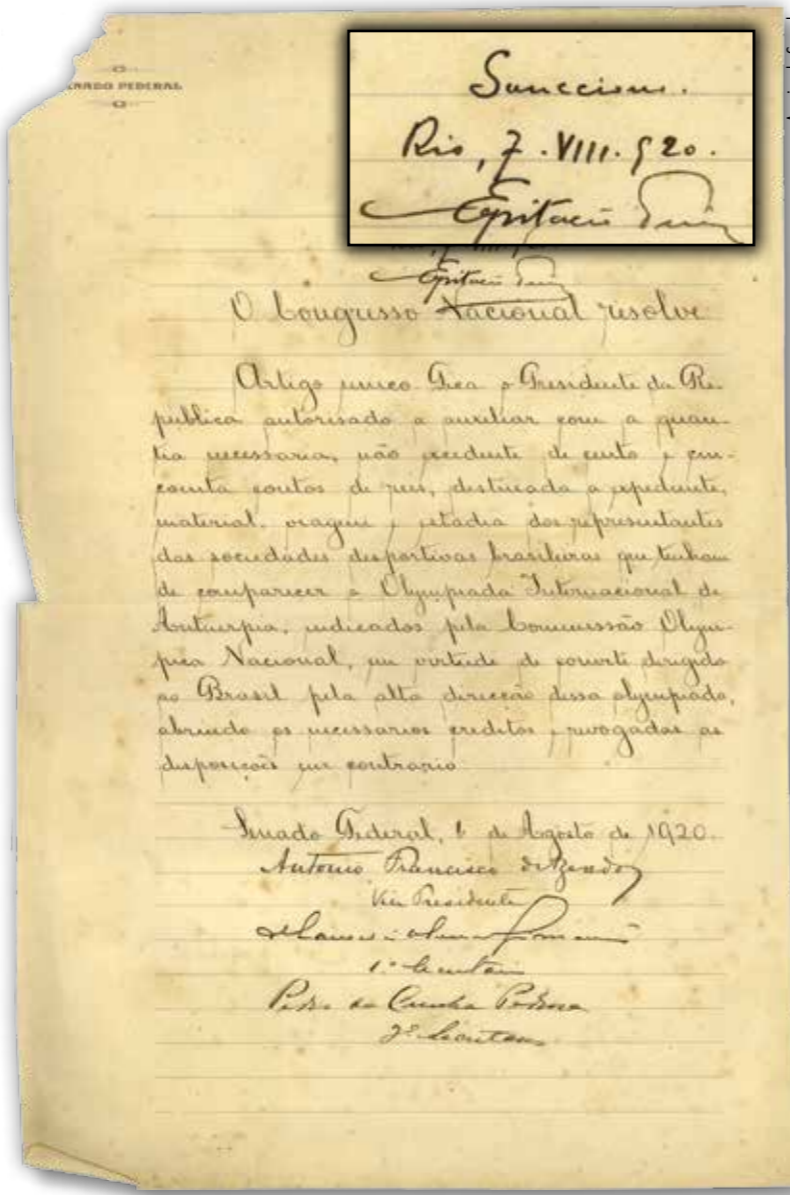
Atletas brasileiros desfilam na cerimônia de abertura dos Jogos de 1920, na Bélgica: governo liberou patrocínio em cima da hora

dinheiro para bancar a ida de todos os atletas classificados obrigava o Comitê Olímpico do Brasil (COB) a fazer escolhas, sempre desagradando este ou aquele esporte.

Nos Jogos de Sydney, em 2000,

o governo liberou na última hora uma verba de R\$ 10,5 milhões, salvando a delegação brasileira. O dinheiro chegou tão tarde que o COB teve que devolver uma parte, pois não dava mais tempo de gastar tudo.

O século 20 chegava ao final e o esporte brasileiro ainda padecia dos mesmos males de 1920. Só a partir dos Jogos de Atenas, em 2004, a situação começaria a mudar, graças a uma lei de iniciativa do Senado.



Arquivo do Senado guarda decreto de 1920, firmado por Epitácio Pessoa, que permitiu estreia do país em Olimpíadas

Aprovada em 2001, Lei Piva acabou com carência de dinheiro no esporte

O problema da falta de dinheiro do esporte olímpico brasileiro começou a acabar em 17 de agosto de 1999, quando o então senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 491/1999, destinando ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) 10% da arrecadação bruta de todas as loterias federais.

O objetivo do projeto de lei do senador Piva era justamente acabar com a escassez de recursos do COB. Até então, a lei previa para o comitê apenas a arrecadação de um teste da Loteria Esportiva por ano (ou dois testes nos anos de Jogos Olímpicos ou Pan-Americanos). Isso representava irrisórios R\$ 300 mil por ano.

Mesmo complementando o orçamento com outras fontes, o papel do comitê se limitava a organizar o envio da delegação aos Jogos Olímpicos e a competições similares, como os Jogos Pan-Americanos. O COB não tinha ingerência sobre as confederações esportivas.

Percentuais

Ao assumir a presidência do Comitê Olímpico do Brasil — cargo que ainda ocupa —, em 1995, Carlos Arthur Nuzman, ex-atleta e ex-dirigente do vôlei, passou a defender uma mudança, nos moldes do que já ocorria em outros países: o COB passaria a centralizar a preparação olímpica como um todo, decidindo onde aplicar os recursos. A mudança passava pela obtenção dessas verbas.

O próprio senador Piva,



Jogadores de vôlei atuam em Atenas, em 2004, na primeira edição da Olimpíada em que o Brasil teve verbas da Lei Piva

reconhecendo que o valor de 10% era alto demais, apresentou uma emenda reduzindo o índice para 2% — o que representava uma estimativa de R\$ 50 milhões anuais para o COB.

Em novembro de 1999, o projeto de Piva recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), mas não tramitou a tempo de ajudar o país nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000 — de onde o Brasil, aliás, voltou sem conseguir nenhuma medalha de ouro.

Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde já tramitava um projeto semelhante, do deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) — daí o nome Agnelo/Piva, adotado em 2003, quando o deputado tornou-se ministro do Esporte.

O substitutivo enviado pela Câmara dos Deputados ao Senado mantinha a essência do projeto de Piva, inclusive a quantidade de 2%, alterando apenas a especificação da destinação dos recursos — 85% para o COB e 15% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Esporte com metas

Em junho de 2001, o projeto de lei foi finalmente aprovado na CAE, seguindo em regime de urgência para votação no Plenário do Senado. Aprovado poucos dias depois, no mesmo mês, o texto foi para a sanção presidencial. Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 10.264 em 16 de julho de 2001.

Os recursos financeiros da Lei Agnelo/Piva começa-

ram a fazer efeito em 2002, revolucionando a hierarquia do esporte brasileiro. Com o poder de distribuir verbas, o COB passou a estabelecer metas de resultado para as confederações esportivas.

Muitas delas, principalmente as menores, que sempre tiveram dificuldade de obter patrocínio, passaram a orbitar em torno do comitê, que adquiriu na prática o papel de gestor do esporte.

Somente as entidades esportivas mais poderosas, sobretudo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), continuaram a operar com recursos próprios.

Quadro de medalhas

Em 2015, a Lei Agnelo/Piva sofreu alterações. A porcentagem da arrecadação das loterias aumentou de 2% para 2,7% e o percentual destinado ao esporte paralímpico saltou de 15% para 37,04%.

A previsão é que esses números representem R\$ 220 milhões neste ano, distribuídos entre os esportes olímpico e paralímpico.

A melhor forma de aplicação dos recursos da lei é motivo de constante debate. Os críticos apontam que o número de medalhas do Brasil nas Olimpíadas pouco mudou. Em Sydney, em 2000, última edição antes da lei, o país ganhou 12 medalhas. Em Londres, em 2012, foram 17.

Outra crítica diz respeito à distribuição dos recursos, que se destinariam em grande parte a despesas administrativas.

Para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que começam nesta semana, o COB tem como meta colocar o Brasil entre os dez primeiros colocados no quadro de medalhas, considerando a soma de ouros, pratas e bronzes. Por esse critério, o país ficou em 15º em Londres.

Norma de 2006 incentiva doações a projetos esportivos

Depois da Lei Agnelo/Piva, outros textos aprovados pelo Congresso contribuíram para o financiamento do esporte. Um deles é a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438), de 2006, que permite que pessoas físicas e jurídicas deduzam parte do Imposto de Renda devido em favor de projetos esportivos.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 118/2006, do então deputado Bismarck Maia (PSDB-CE), recebeu emendas do senador Cristovam Buarque (então no PDT-DF, hoje no PPS-DF) e da então senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Similar à Lei Rouanet (Lei 8.313), que beneficia projetos culturais, a Lei de Incentivo ao Esporte enfrentou resistência da classe artística, que temia que as duas leis competissem pelos mesmos recursos. Isso não ocorreu. Em 2014, foram deduzidos R\$ 254,7 milhões em favor do esporte. Em 2015, a Lei Rouanet rendeu R\$ 1,1 bilhão à cultura.

Na esteira dessas leis, estados e municípios aprovaram legislações locais incentivando o esporte regional. Além disso, o esporte olímpico conta com o patrocínio de estatais e o apoio das Forças Armadas. Um terço dos atletas brasileiros nos Jogos do Rio é militar, resultado de um programa de incentivo ao esporte de alto rendimento iniciado em 2009.

A assinatura de Fernando Henrique na sanção da Lei Agnelo/Piva: a penúria do esporte olímpico acabava em 2001

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/olimpiadasenado>